

CONTRIBUTOS DA ANTROPOLOGIA SOCIAL E CULTURAL PARA A FORMAÇÃO EM ANIMAÇÃO SOCIOEDUCATIVA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E INTERVENÇÃO NO TERRENO

Filipa Morais, Inês Cruz, Mário Montez

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Coimbra

RESUMO

Apresentamos neste artigo as vantagens que o ensino da Antropologia oferece para o ensino da Animação Socioeducativa, licenciatura da Escola Superior de Educação de Coimbra, tanto em termos teóricos quanto metodológicos, traduzidas nos trabalhos interdisciplinares em Antropologia Social e Cultural e Atelier de Análise Social da Educação.

Estas vantagens prendem-se com uma sensibilização para o respeito pela diversidade e identidade culturais dos grupos sociais sobre os quais incidem as intervenções em Animação Socioeducativa, desconstruindo, a partir das perspetivas da Antropologia, noções como desenvolvimento unilinear das sociedades humanas, explicações etnocentristas de fenómenos sociais ou a identificação da aculturação como resultado inevitável do contacto entre diferentes grupos sociais e (sub)culturas. Prendem-se ainda com os benefícios epistemológicos e práticos trazidos pelo trabalho de campo - técnicas etnográficas, voluntariado e contacto prolongado com os grupos sociais estudados - para a fundamentação das intervenções, no terreno, que constituirão o âmbito profissional destes estudantes.

PALAVRAS-CHAVE:

Etnocentrismo e Relativismo Cultural; Diversidade Sociocultural; Pesquisa Etnográfica; Trabalho de Campo e Voluntariado; Animação Socioeducativa

ABSTRACT

In this article we present the advantages that the teaching of Anthropology offers for the teaching of Socio-Educational Animation, an academic degree in Escola Superior de Educação de Coimbra, both in theoretical and methodological terms, translated into interdisciplinary works in the subjects of Social and Cultural Anthropology and Atelier of Social Analysis of Education.

These advantages relate to raising awareness of the importance of respect for cultural diversity and identity of the social groups on which interventions in Socio-Educational Animation focus, deconstructing, from the theoretical perspectives of Anthropology, notions such as the unilinear development of human societies, ethnocentric explanations of social phenomena or the identification of acculturation as an inevitable result of the contact between different social groups and (sub)cultures. They relate also to the epistemological and practical advantages that fieldwork - ethnographic techniques, volunteer work and prolonged proximity to the studied social groups - has for the foundation of the interventions that will constitute the scope of action of these students as professionals in the field.

KEYWORDS:

Ethnocentrism and Cultural Relativism; Sociocultural Diversity; Ethnographic Research; Field Work and Volunteering; Socio-Educational Animation

Preâmbulo

António G. Leal

Diretor do Curso de Animação Socioeducativa da Escola Superior de Educação de Coimbra

A Antropologia desempenha um papel fundamental no entendimento das realidades sujeitas a intervenção sociocultural. Os saberes antropológicos proporcionam uma compreensão mais profunda das dinâmicas culturais, sociais e simbólicas que moldam as comunidades e grupos humanos. Ao analisar as práticas, crenças, valores e estruturas sociais de diferentes contextos, a Antropologia permite uma abordagem mais informada e sensível às necessidades e aspirações das pessoas envolvidas em processos de intervenção sociocultural.

Os métodos etnográficos. Através da imersão em campo e da observação participante, os animadores podem captar nuances e compreender as lógicas culturais que muitas vezes escapam a outros métodos de pesquisa. A etnografia, por meio do trabalho de campo, observação participante, narrativas orais tradicionais e histórias de vida, permite uma análise aprofundada das práticas quotidianas, interações sociais e significados atribuídos pelos membros de determinada comunidade. Essa abordagem comparativa contribui para uma compreensão mais holística e contextualizada das realidades estudadas.

Os conhecimentos adquiridos por meio da Antropologia e da etnografia são essenciais para a capacitação dos animadores socioeducativos. Esses profissionais lidam com a promoção do desenvolvimento comunitário, valorização da diversidade cultural e implementação de projetos de intervenção socioeducativa. Ao compreender as dinâmicas culturais e as relações sociais presentes nas comunidades em que atuam, os animadores

são capazes de elaborar estratégias mais adequadas e eficazes, respeitando a identidade e os desejos das pessoas envolvidas.

O presente artigo demonstra como o trabalho de campo e a observação participante são fundamentais tanto como formas de conhecimento da realidade quanto como estratégias de formação para os animadores socioeducativos. A imersão no contexto em que atuam possibilita uma vivência direta das práticas e experiências das pessoas envolvidas, permitindo uma compreensão mais profunda das suas necessidades, desafios e aspirações. Além disso, a observação participante contribui para o desenvolvimento de habilidades de escuta atenta, empatia e sensibilidade cultural, características essenciais para um trabalho efetivo e ético nessa área.

A interdisciplinaridade é um aspecto relevante na formação dos animadores socioeducativos desde os primeiros anos da licenciatura. A integração das unidades curriculares de Antropologia, Análise Social da educação e iniciação à prática profissional permite aos estudantes uma abordagem abrangente e enriquecedora. A interação entre essas disciplinas oferece uma visão ampliada das questões sociais, culturais e educativas, preparando os futuros profissionais para lidar com a complexidade e diversidade presentes no contexto sociocultural em que atuarão.

No presente artigo os autores ilustram com clareza as vantagens e as potencialidades das relações interdisciplinares num processo de formação inicial, elencando estratégias e o alcance que a interação de duas disciplinas como a Antropologia social e o Atelier de Análise Social da Educação da licenciatura em Animação socioeducativa pode proporcionar.

Embora os autores não façam uma referência direta à Antropologia da Educação, eles enaltecem esta dimensão e perspectiva da Antropologia ao abordarem a importância da compreensão das práticas educativas e dos processos de aprendizagem em diferentes

contextos culturais, desde as diferentes formas de transmissão de conhecimento mais tradicionais até as práticas educativas contemporâneas, dos processos informais aos mais formais, e os condicionalismos impostos pelas dinâmicas culturais, sociais e históricas.

Nesta perspetiva, o artigo desvenda o contributo da Antropologia para a Animação socioeducativa, permitindo que estes profissionais tenham uma abordagem holística e contextualizada dos fenómenos educativos. Ao contrário de outras disciplinas que se concentram apenas nos aspetos pedagógicos ou institucionais da educação, a Antropologia permitirá ao animador socioeducativo compreender a educação como um fenómeno cultural total situado. Isso significa que ambos analisam a educação não apenas pelas suas estruturas formais de aprendizagem, mas também as práticas educativas informais, os processos de socialização e os significados atribuídos à educação pelas diferentes comunidades.

Outra característica importante que o artigo enfatiza, é na interação entre cultura, aprendizagem e desenvolvimento, considerando que os sistemas de crenças, valores e práticas de uma determinada cultura influenciam os processos de aprendizagem e o desenvolvimento das pessoas. Essa abordagem reconhece que a educação não ocorre em um vácuo, mas é profundamente influenciada pelos contextos socioculturais e educativos em que está inserida.

Um aspeto valorizado nesta relação interdisciplinar que o artigo apresenta, é a importância de dar voz aos atores sociais envolvidos nos processos educativos. Tanto os antropólogos como os animadores procuram entender como as pessoas enquanto filhos, pais, estudantes, professores, famílias e outras partes interessadas, percebem e atribuem significado à educação. Essa abordagem dá voz às diferentes perspetivas e experiências dos sujeitos envolvidos, contribuindo para uma compreensão mais completa e inclusiva da educação.

O artigo em questão, apresenta-se como um contributo relevante ao evidenciar as bases que a Antropologia fornece à Animação socioeducativa, comprometendo os profissionais com uma abordagem crítica e reflexiva, incentivando o questionamento constante das estruturas de poder, das desigualdades e formas de exclusão presentes nos sistemas educativos, assim como as relações de poder entre diferentes grupos sociais e como essas relações refletem-se e são reproduzidas nos processos educativos. Essa perspectiva crítica procura contribuir para a transformação e a melhoria dos sistemas educativos, promovendo a equidade e a justiça social.

Em suma, os saberes antropológicos e os métodos etnográficos desempenham um papel crucial no conhecimento das realidades sujeitas a intervenção socioeducativa. Esses conhecimentos são fundamentais para a capacitação dos animadores socioeducativos, possibilitando uma abordagem mais sensível e efetiva, sobretudo hoje em que as sociedades atuais onde estes profissionais atuam, são caracterizadas por uma imensa diversidade sociocultural, onde diferentes (sub)culturas coexistem e interagem. Nesse contexto, é fundamental que os animadores socioeducativos sejam os primeiros a demonstrar respeito pelas particularidades de cada (sub)cultura que encontram no terreno, especialmente em relação a grupos minoritários ou desprivilegiados. O respeito pela diversidade cultural implica reconhecer e valorizar as práticas, crenças, valores e identidades, ou seja, as singularidades sociais e culturais de cada grupo, sem impor julgamentos ou hierarquias de superioridade cultural. É nesse sentido que o conceito de relativismo cultural torna-se relevante para os animadores socioeducativos. O relativismo cultural implica a compreensão de que cada cultura possui suas próprias perspectivas, normas e valores, e que essas diferenças devem ser respeitadas e consideradas em qualquer trabalho socioeducativo. Ao adotar uma abordagem baseada no relativismo cultural, os animadores buscam promover o diálogo intercultural, a valorização da diversidade e a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde todas as (sub)culturas sejam reconhecidas e respeitadas na sua singularidade.

Introdução

Este artigo pretende dar conta dos contributos da Antropologia, tanto no plano teórico quanto metodológico, para a formação de nível superior em Animação Socioeducativa, concretizados nos trabalhos de campo realizados pelas/os estudantes do primeiro ano da licenciatura, no âmbito das unidades curriculares de Antropologia Social e Cultural e Atelier de Análise Social da Educação.

Parte, por um lado, do contributo dos conceitos de *fenómeno social total* e *relativismo cultural* para ampliar a compreensão dos futuros animadores dos seus contextos de intervenção. Procura-se, assim, evitar observar os contextos socioculturais do «outro» e definir objetivos de desenvolvimento a partir das «suas» representações e pré-conceitos, enquanto obstáculos epistemológicos. Por outro lado, parte das vantagens do trabalho de campo, inserido na pesquisa etnográfica, em termos da diversidade de fontes de informação e proximidade dos contextos socioculturais analisados para uma compreensão mais ampla, pormenorizada e fidedigna dos mesmos. Apresentaremos de seguida a forma como aqueles contributos e a adoção da passagem de investigação de gabinete para investigação de campo, que caracterizou a evolução da Etnologia, permitiram aos estudantes da Licenciatura de Animação Socioeducativa da Escola Superior de Educação de Coimbra, no contexto das unidades curriculares de Antropologia Social e Cultural e Atelier de Análise Social da Educação, realizar trabalho de campo que consistiu, na prática, em trabalho de voluntariado junto dos grupos sociais/instituições por si escolhidos em simultâneo com pesquisa de terreno, utilizando para o efeito as técnicas etnográficas.

1. O conceito de *fenómeno social total* e sua contribuição para a compreensão do objeto e método das Ciências Sociais, em geral, e da Antropologia, em particular

As Ciências Sociais em geral, em que as/os estudantes de Animação Socioeducativa encontram grande parte das bases teóricas da sua formação, caracterizam-se pela unidade do seu objeto de estudo e pela diversidade de abordagens da realidade social. No entanto, a análise da totalidade da realidade social, em todas as suas dimensões e no seu contexto de vida real, é levada a cabo, na prática, apenas na investigação antropológica. Para concretizar a noção de fenómeno social total de M. Mauss e a interdependência e coerência lógica dos elementos socioculturais de B. Malinowski, foi relevante o facto de a Antropologia ter escolhido para si não só as sociedades ditas «exóticas», num primeiro momento, mas também grupos humanos de reduzida dimensão, relativamente simples e isolados, passíveis pois de ser analisados na completude e diversidade dos seus elementos (Gurvitch, 1950; Lima, 1992; Nunes, 1982).

No contexto da formação de futuras/os animadoras/es, a necessidade de estudar cada grupo social/instituição no seu contexto de vida real está associada à noção de que o Estudo de Caso permite encarar as características do contexto como explicativas da realidade estudada. A consideração de cada contexto espaço-temporal foi também essencial no âmbito da Antropologia Social e Cultural que se propôs, como Ciência, estudar a diversidade das culturas humanas em toda a sua diversidade histórica e geográfica (Gonçalves, 1997; Rowland, 2005). O campo de intervenção do animador – a realidade social – é uma realidade relativamente à qual as Ciências Sociais têm hoje uma única certeza: o que acontece hoje será diferente amanhã; a crise do funcionalismo, estruturalismo, determinismo e modelo positivista de conhecimento científico que estiveram associadas ao séc. XX conduziram ao reconhecimento de que a realidade social humana não é estática nem isenta de elementos disfuncionais. Assim, a diferença espacial e temporal significa para o animador trabalhar em contextos sociais muito distintos: do

rural para o urbano, do interior ao litoral, entre diferentes gerações ou etnias mudam as características dos grupos abordados. Daqui se vislumbra, desde logo, a necessidade de que um projeto de intervenção bem-sucedido numa situação não será aplicável a outras, donde resulta a necessidade da caracterização dos contextos socioculturais e o diagnóstico – conhecer as características do grupo, seus problemas, interesses, necessidades - antes de se poder delinear objetivos ou âmbitos de uma intervenção Socioeducativa. Pretende-se, desta forma, promover um afastamento do etnocentrismo que permita encontrar o que é específico de cada (sub)cultura/grupo social, em vez de os observarmos a partir dos nossos próprios pontos de referência e subjetividade, ou seja, aos olhos da nossa própria (sub)cultura.

Se no passado a Antropologia privilegiou o estudo de áreas geográficas remotas relativamente à civilização ocidental, hoje ela alarga o seu âmbito a todas as sociedades/culturas. Se não o tivesse feito, hoje não teria objeto próprio; pois todas as sociedades humanas já estão exploradas. Mas a necessidade de conhecer outras culturas prende-se com a capacidade de conhecermos a nossa própria (Gonçalves, 1997). Sem esse conhecimento não ultrapassaríamos um ponto de vista etnocêntrico. Aquilo que foram as escolhas particulares da nossa cultura, que a distingue das outras, pareceriam formas de organização social naturais, óbvias e quando o traço mais distintivo das sociedades humanas é, precisamente, a sua propensão para a diversidade cultural e, conseqüentemente, a diferenciação que estabelecem entre si. Como refere Laplantine, o maior facto natural em toda a humanidade é, justamente, a sua “aptidão à variação cultural”, “a sua capacidade de diferenciação, de elaboração de costumes, de instituições, de modos de conhecimento, de práticas e ritos simbólicos profundamente diferentes” (F. Laplantine, 2000; p. 22). Mas o conhecimento da diversidade de formas culturais também permite rejeitar a ideia de superioridade cultural, reagir contra a imposição de formas económicas, políticas, ideológicas dominantes e externas, sobretudo numa era de globalização como a atual em que a Antropologia se assume como apologista dos direitos

das minorias. No âmbito da Animação Socioeducativa, é importante conhecer as especificidades locais, uma vez que os projetos de desenvolvimento não darão uma resposta adequada aos problemas locais se não os conhecerem tal como eles se colocam *in loco*.

A Unidade do Social e Diversidade das Ciências Sociais refere-se ao facto de que todas essas ciências partilham como objeto de estudo a realidade social. Contudo as várias disciplinas abordam, sob diferentes perspetivas, essa mesma realidade. Essas diferenças colocam-se ao nível da investigação, como refere, Sedas Nunes (1982), nos objetivos ou fins que orientam a investigação, no tipo de problemas de pesquisa, nos critérios de seleção das variáveis relevantes e nos métodos e técnicas de investigação adequados. Também para Gurvitch, as diferentes Ciências Sociais representam “o estudo dos esforços (colectivos e individuais) mediante os quais a sociedade e os homens que a compõem se criam ou produzem a si mesmos (...). O que caracteriza todas as Ciências do Homem é que a realidade por elas estudadas é uma só: (...) a condição humana considerada sob uma certa luz e tornada objeto de um método específico”. (Gurvitch, 1963, pp. 116-17). A noção de totalidade da realidade social e humana patente no conceito de *fenómeno social total* definido por M. Mauss sustenta que qualquer facto social faz referência e tem implicações nas várias dimensões da realidade social, pelo que todo o facto social é total – simultaneamente económico, político ou demográfico - contendo nele toda a sociedade e suas instituições. Mauss tem uma perspetiva semelhante à de Gurvitch de que os fenómenos sociais têm causas e consequências a vários níveis e dimensões da realidade social e, portanto, são suscetíveis de interessar a várias ou mesmo a todas as Ciências Sociais. Gurvitch considera ainda que as sociedades são compostas por elementos interdependentes que, segundo o autor, não podem ser compreendidos se isolados da totalidade que os engloba. No entanto, entre as Ciências Sociais, a Antropologia é a única que se propõe a colocar em prática, na sua investigação, o estudo dos fenómenos sociais na sua totalidade escolhendo, para tal, grupos sociais de reduzida dimensão, mais simples

e isolados. Por esta razão, numa primeira fase da sua evolução, a etnografia e etnologia consistiram no estudo *in loco* de pequenas comunidades consideradas «exóticas» e em pontos remotos do planeta – a fase em que a distância geográfica se considerou medida de distância cultural. A complexidade, diversidade e dimensão das coletividades urbanas ocidentais (pós) modernas inviabilizaria este tipo de abordagem pelo que o antropólogo, como o animador, encontra os seus grupos -alvo – de investigação e intervenção - e suas (sub)culturas em pequenas coletividades como aldeias isoladas, bairros, escolas ou associações que reúnem pessoas em função de atributos comuns como: origem étnica, crenças religiosas, atividades profissionais, nacionalidade, género, geração, afinidades artísticas, políticas, desportivas etc.

Se Marcel Mauss inaugurou o conceito de fenómeno social total a partir da observação do *Potlatch* na América do Norte, Malinowsky observou o *Kula*, no Pacífico Sul, rituais de troca semelhantes numa perspetiva antropológica, observados na mesma baliza cronológica (1920-1945), na qual se verificou a passagem da investigação de gabinete para a observação participante e trabalho de campo no seio da Antropologia. Considerado o pai do funcionalismo antropológico e sociológico, Malinowski foi o primeiro a estudar no terreno, os costumes dos povos que os seus predecessores (Tylor, Spencer e Durkheim) conhecerem a partir das narrativas de exploradores, comerciantes, militares ou missionários. Durkheim, precursor do funcionalismo e da definição de fenómeno social, defendia já que a explicação deste sugeria a necessidade de investigar separadamente a causa que o produz e a função que ele preenche, considerando que a função de um facto social compreende-se na relação que mantém com um fim social (E. Durkheim ([1895]1998). Para Malinowski, a função é a satisfação de uma necessidade por meio de uma atividade, pelo que, as práticas sociais numa dada cultura podem ser compreendidas estabelecendo-se a relação com as necessidades sociais que satisfazem. Apesar da perspetiva funcionalista ser hoje contestada pelo facto de existirem elementos disfuncionais em qualquer sociedade e de Merton e Strauss terem distinguido funções

manifestas/latentes e estruturas conscientes/inconscientes, respetivamente, certo é que esta perspetiva tem como mérito demonstrar que só é possível compreender (e não apenas descrever) um elemento cultural indissociado do seu contexto social de vida real.

É nesta linha de pensamento que consideramos pertinente que os estudantes de Animação Socioeducativa adotem esta mesma posição teórico-metodológica nos seus trabalhos de campo, pois, enquanto futuros animadores só poderão compreender as realidades sociais para onde vão intervir, tal como elas são, a partir da observação direta dos contextos e não a partir da bagagem teórica referente a outros contextos socioculturais e espacial e temporalmente diferenciados. Assim, retemos das perspetivas funcionalista e estruturalista, bem como da noção de interdependência dos fenómenos sociais, a necessidade de compreender a parte através da análise do todo. Por exemplo, para compreender o problema da inclusão das crianças migrantes na escola é necessário conhecer, não só a criança, mas também a família, o bairro e a própria escola. Para além disso, a questão da escolarização não é dissociável de outras questões como o facto da identidade de uma comunidade poder ser um obstáculo à integração da criança na sociedade, seja por questões étnicas, religiosas, de género, económicas ou geracionais.

2. Cultura, Sociedade e Natureza

Abordar as relações entre o social, o natural e o cultural é complexo, mas revela-se essencial para que os estudantes compreendam as particularidades de cada conjunto sociocultural no seu contexto espacial e temporal. Em poucas décadas a sociedade e suas instituições mudam – as representações sobre a escola, o casamento, a religião, o sistema político, a noção de família ou o papel da mulher na sociedade, a título de exemplo. Por outro lado, o contexto territorial influencia os elementos culturais pois a cultura não deixa de ser uma resposta aos desafios do ambiente natural como discutiremos à frente. O cultural supõe o social mas o inverso não se verifica, e esse é o traço distintivo das

sociedades humanas: se é possível encontrar elementos como a divisão do trabalho, estratificação social ou socialização em sociedades animais, o homem é o único produtor de cultura – os costumes, o direito, a religião, as artes entre muitos outros elementos que o próprio Tylor (1871) não enumerou na totalidade na sua pioneira e conhecida definição de cultura. A cultura é, pois, o traço distintivo das sociedades humanas em geral, mas, simultaneamente, o que as distingue entre si. É o conhecimento destes contextos culturais que se entende essencial para fundamentar qualquer intervenção Socioeducativa, concebendo-a consoante as características de cada grupo social ou instituição alvo do trabalho do animador.

A rejeição do etnocentrismo e adoção do relativismo cultural foi fundamental para a evolução da Antropologia enquanto ciência que se estendeu à investigação social em geral, sobretudo quando esta incide sobre grupos culturalmente distantes. Neste sentido, Malinowski opôs-se aos evolucionistas que retiravam os costumes, instituições e traços culturais do seu contexto real, i.e., de outras sociedades, de forma a utilizá-los para ilustrar a sua ideia de evolução humana; esta era etnocêntrica ao tomar como modelo de referência a sua própria cultura, ou seja, as sociedades europeias surgiam como modelo de avaliação de todas as outras – eurocentrismo – perante o qual as diferenças socioculturais dos outros povos eram consideradas atraso num mesmo processo de evolução. Assim, os evolucionistas, ao desligar um traço cultural do seu contexto, estavam a cometer o erro de perder o seu sentido, o qual depende do lugar que cada um ocupa no conjunto e pelas ligações que têm com os restantes elementos culturais. Como refere Malinowski, estudar os traços culturais isoladamente constitui um método estéril, porque o significado da cultura só se compreende na relação entre os seus elementos, pelo que se rejeita a existência de complexos culturais acidentais ou fortuitos (Malinowski, 1944). Através da observação participante, Malinowski chegou à conclusão de que cada sociedade se caracteriza e distingue pela sua cultura singular e que a especificidade de

uma cultura está no modo como os seus elementos estão dispostos e se interligam entre si, como sugerira Mauss.

Esta transformação na Antropologia tanto no plano teórico – a igualdade em valor de todas as culturas – quanto metodológico – a necessidade de analisar no terreno os elementos socioculturais tal como eles são e não como o investigador pretende - é algo que se pretende transmitir aos futuros animadores que nas suas intervenções se poderão deparar com contextos socioculturais muito distintos entre si e distantes da sua própria bagagem cultural. É também por este motivo que, ao contrário de outros trabalhos de investigação, os trabalhos de etnografia que lhes são solicitados não pressupõem que se parta de um contexto teórico que condicione a observação, mas antes se privilegia uma recolha neutra e exaustiva dos elementos socioculturais *in loco* – etnografia – seguida de uma tentativa de compreensão de uns relativamente aos outros – etnologia.

A noção de sociedade humana como um sistema auto-regulado e organizado, que atua sobre o meio natural e o meio social através da cultura, alarga o âmbito da investigação antropológica à análise do ambiente natural. Nesse sentido, a diversidade no património cultural como a arquitetura, gastronomia, ou vestuário de uma cada comunidade será indissociável do património natural, ou seja, das condições climatéricas, geográficas da fauna e flora, dos materiais que em cada contexto estão disponíveis ou apresentam desafios diferentes a cada coletividade. O património assume-se assim, para o animador, não só como objeto de estudo mas elemento a (re)conhecer, conservar, valorizar, divulgar enquanto característica identitária de cada comunidade, elemento construtor e aglutinador que favorece a identificação de elementos de coesão, uma vez que é a partir de valores comuns, interesses comuns, necessidades comuns, carências comuns que se justifica o trabalho de animador em prol do desenvolvimento das suas comunidades-alvo. Como sugere Quintas, a Animação traduz-se numa estratégia socioeducativa de

desenvolvimento da comunidade e capacitação dos seus membros, e esse desenvolvimento dirige-se às questões específicas que cada comunidade coloca.

Segundo Gonçalves, como referido, o “maior facto natural em toda a sociedade é, justamente, a sua aptidão à variação cultural, a sua capacidade de diferenciação, de elaboração de costumes, de instituições, de modos de conhecimento, de práticas e ritos simbólicos profundamente diferentes” (Gonçalves, 1992; 22). A diversidade faz, pois, parte das sociedades humanas e, portanto, do objeto de estudo e intervenção do animador. Natureza e Cultura não são apenas determinantes das condições de cada grupo humano em dadas circunstâncias espaço-temporais, mas estão interligadas: o património cultural dificilmente se pode desligar do natural (Carvalho, 2016). As suas manifestações, como as atividades de subsistência ou o artesanato, próprios de uma dada coletividade, que consideraríamos parte da cultura, e, portanto da identidade do grupo social, é afinal é indissociável das circunstâncias geográficas, climáticas e outras condições que a natureza lhe impõe. Também esta constatação reforça a dificuldade que há em admitir um progresso de evolução unilinear para a humanidade. Como refere Bernardi, se “portanto, se quer compreender a fundo o complexo fenómeno da cultura, convém não descurar o fundamento natural que permite ao homem desenvolver a atividade mental e criar a cultura” (Bernardi, 1982, p. 23). Para uma análise dinâmica da cultura, este autor (1982) apresenta quatro fatores: o *anthropos* (o homem na sua realidade individual e pessoal, o *ethnos* (comunidade ou povo, entendido como associação estruturada de indivíduos), o *oikos* (o ambiente natural e cósmico dentro do qual o homem se encontra a atuar) e o *chronos* (tempo, condição ao longo da qual, em continuidade em continuidade de sucessão, se desenvolve a actividade humana. (Bernardi, 1982 in Carvalho, 2016, p. 11)

Para os estudantes de Animação Socioeducativa, estudar os grupos sociais no seu todo e no seu contexto de vida real resulta da necessidade de encarar cada elemento sociocultural – recolhido na etnografia - como a peça de um puzzle cuja imagem, no final da etnologia, o investigador social tem que compreender e explicar. Assim, consideramos, à semelhança do pensamento de Malinowski, que os elementos culturais têm que ser recolhidos na totalidade (etnografia) e analisados (etnologia) uns relativamente aos outros, implicando uma tradução cultural desses mesmos elementos. Esta não se pretende meramente descritiva mas explicativa, o que pressupõe uma coerência lógica entre si. Como atrás referido, Malinowski (1976) encontrou nas Ilhas da Nova Guiné Melanésia o mesmo tipo de fenómeno – troca/dádiva - que Mauss encontrou entre os índios da América do Norte e que levou este último a ultrapassar a definição de facto social de Durkheim- irredutível a explicações naturalistas, ou individualistas, mas apenas explicável pelo social – ampliando-o para o de fenómeno social total. Na perspetiva de Mauss, cada elemento social é ao mesmo tempo demográfico, económico, político, etc., ou seja, não é possível compreender – nem ao antropólogo nem ao animador – um dado elemento sociocultural dissociado do contexto a que pertence. Poderá haver elementos socioculturais disfuncionais ou com funções inconscientes mas é difícil admitir que eles sejam ocasionais. Também Malinowski (1944) defende a existência de uma coerência entre diferentes elementos culturais e daqui resulta que o animador não pode estudar um elemento cultural isolado dos restantes e que estes podem ser, não apenas descritos, mas interpretados, cabendo, pois, ao animador, com base no seu estudo no terreno, percebê-los já que “cada cultura forma um conjunto coerente, unificado e integrado que é preciso compreender e explicar na totalidade” (Malinowski *in* Rocher, 1971, p. 150).

Por fim, a consideração dos patrimónios – natural e cultural, como atrás referido - de um grupo como parte da sua identidade reforça a ideia de que o contexto real envolvente em que se encontra o grupo social alvo de uma intervenção do animador socioeducativo é

objeto de estudo necessário para fundamentar aquela intervenção, o que por seu turno reforça a pertinência da investigação de terreno na sua formação.

3. A importância da Antropologia para a Animação Socioeducativa na Atualidade

A passagem do Etnocentrismo para o Relativismo Cultural foi um momento chave de transição da Antropologia - de ciência de gabinete que estuda os povos «exóticos» sob o ponto de vista das sociedades a que pertence o antropólogo para uma ciência que estuda no terreno a realidade sociocultural tal como ela é e não como se esperava. Esta mudança teórico-metodológica explicou também a rejeição da corrente Evolucionista, a ideia de uma trajetória unilinear de evolução da Humanidade e, associada a estas, o fenómeno de aculturação que no passado se confundiu como a promoção do desenvolvimento tendo como modelo as sociedades europeias, numa relação de dominação sobre as outras. Ora a aculturação resulta não do contacto entre diferentes culturas, mas de uma relação de poder desigual entre sociedades. Assim, não é inevitável a aculturação, mesmo em sociedades na fase pós-industrial em que coexistem várias culturas, sobretudo nas grandes cidades. Tanto porque o relativismo não se confina à Antropologia, como pelo facto de hoje se reconhecer que quando diferentes grupos sociais se relacionam, há uma seleção, modificação ou rejeição de elementos culturais na sua transmissão de um grupo para outro. No entanto, a cultura de massas na era da globalização ameaça as identidades dos grupos sociais, sobretudo os mais vulneráveis. Por muito complexa que seja a relação sujeito-objeto de estudo nas Ciências Sociais, tanto o antropólogo como o animador estão menos neutros, epistemologicamente, e mais interventivos na defesa dos grupos minoritários e das culturas locais com menor poder de preservação e difusão dos seus elementos. A aplicação prática do relativismo cultural na formação de animadores socioeducativos, e no trabalho de que se pretende dar conta neste artigo, traduz-se na necessidade de realizar a contextualização sociocultural e diagnóstico do grupo social em causa como condição de eficácia das intervenções em Animação Socioeducativa. Por

oposição a modelos de desenvolvimento impostos do exterior, alheios às particularidades de cada coletividade, salienta-se a necessidade de orientar a intervenção socioeducativa para as necessidades, interesses, carências, problemas, potencialidades ou recursos específicos dos grupos sociais identificados. Propõem-se processos participativos – desde a fase de diagnóstico, sensibilização, consciencialização e mobilização para a mudança – para favorecer o protagonismo dos grupos sociais/instituições-alvo no seu próprio processo de desenvolvimento.

O trabalho proposto a cada grupo de estudantes de Animação Socioeducativa consiste na escolha de um grupo social/instituição e na recolha de dados o mais exaustiva possível de todos os elementos da sua (sub)cultura. À fase de registo dos elementos culturais no terreno – etnografia - segue-se a fase de reconstituição do significado desses elementos – etnologia – para que possam ser compreendidos e explicados aos restantes estudantes, num processo de tradução cultural. Assim, procura-se colher e aplicar, em Animação Socioeducativa, os contributos da Antropologia com destaque para os rituais e a noção de fenómeno social total.

Não pretendendo aderir a uma perspetiva funcionalista da realidade social humana, retomamos a propósito dos rituais os conceitos de *Potlatch* e *Kula*, de Mauss (2008) e Malinowski (1976), respetivamente, para dar conta da relevância da pesquisa de terreno na compreensão dos fenómenos sociais na sua globalidade e nos seus contextos reais. Os trabalhos pioneiros daqueles autores permitiram perceber que a função de uma prática social, como foi ritual da troca dádiva, só é compreensível numa pesquisa de terreno por referência a todos os outros elementos culturais, compreensão que não é imediata a um observador externo. Esta postura metodológica contribui também para a passagem de uma análise meramente descritiva para uma análise explicativa dos fenómenos socioculturais, tanto mais que força o investigador/observador a abandonar um ponto de vista inicial etnocêntrico para uma postura de relativismo cultural. Ainda que a distância

geográfica não corresponda exatamente a uma distância cultural, o animador é sempre um elemento estranho quando trabalha tanto com grupos rurais, quanto urbanos, com diferentes gerações, com elementos de diferentes comunidades étnicas, como migrantes, refugiados, nômadas, membros de diferentes grupos religiosos, grupos minoritários e desprivilegiados em geral (sem abrigo, toxicodependentes, prostitutas/os, cidadãos portadores de deficiência, idosos em situação de isolamento social, crianças institucionalizadas, e pessoas em situações de vulnerabilidade social em geral). Neste sentido, é também solicitada aos estudantes (no âmbito do seu trabalho de campo), a escolha de um ritual que caracterize o grupo social em estudo, no sentido de adotarem uma perspectiva de observadores participantes e procurarem perceber o significado que o ritual escolhido tem para o grupo em questão e como revela a sua especificidade, uma vez que, reforçando-se o que já foi referido, os rituais têm locais e momentos próprios, bem como uma carga simbólica grande, facilmente compreensível ao grupo social em causa, mas não quando observados do ponto de vista de uma outra (sub)cultura. Entende-se, assim, que os rituais são uma manifestação observável do que é mais difícil de apreender, porque está, como refere Gurvitch (1963), num nível mais profundo da realidade social: o dos valores, crenças, mitos, normas e questões de estratificação e estatuto social ligadas sobretudo aos rituais iniciáticos e de passagem. A aceitação e repetição dos rituais dentro de uma comunidade demonstra a própria necessidade da sua existência, sendo que os múltiplos significados desses elementos culturais podem ser explicados através das características, necessidades e até mesmo evolução de cada sociedade. Os rituais têm, assim, um papel fundamental no processo de socialização, assumindo-se como uma expressão da ordem social em que se erguem.

A Animação convoca saberes de várias Ciências Sociais pois a complexidade da realidade social humana assim o exige (Ander-Egg, 2000). Como refere Gurvitch, “a realidade social considerada em todos os seus níveis de profundidade, desde a crosta exterior da sociedade (...), passando pelas superestruturas organizadas (...) até aos valores e ideias

coletivas (...) e finalmente, até à mentalidade social, ao mesmo tempo coletiva e individual (...). Todas estas camadas em profundidade interpenetram-se formando um conjunto indissolúvel - «os fenómenos sociais totais» (G. Gurvitch, 1950 *in* R. Boudon, 1989, p. 20). Nesta perspetiva, de mitos para ritos e rituais, passa-se de uma dimensão mais abstrata, complexa e subtil para uma outra mais concreta, objetiva, manifesta e clara, dando-se forma ao conteúdo das histórias que a sociedade conta sobre si própria, considerando que é uma primeira aproximação dos estudantes de 1º ano a este tipo de abordagem da realidade sociocultural.

Uma vez inseridos no contexto a estudar, já tendo ganho a confiança dos membros do grupo, em parte graças ao estatuto de voluntário, os estudantes estão em posição de perceber melhor os rituais como parte dos elementos imateriais da cultura em estudo, podendo inclusivamente optar por estudar um ritual que se destaque para caracterizar o grupo e participar no mesmo. Assim, pode observar-se que práticas que à partida, de uma perspetiva externa, poderiam parecer estranhas ou mesmo sem sentido, passam a ser compreendidas, integradas naqueles contextos específicos e experienciadas como naturais. A título de exemplo, os estudantes documentaram rituais associados a cerimónias e a momentos especialmente importantes da vida dos grupos sociais analisados, como a celebração do Natal e a Vela de Belém, rituais iniciáticos e de passagem em ranchos folclóricos, grupos desportivos, congregações religiosas, escuteiros, escolas, ERPI, Alcoólicos Anónimos ou na vida militar. Tal exercício de identificar rituais que caracterizem os grupos sociais em estudo revelou-se extremamente enriquecedor e importante, uma vez que os estudantes passaram a compreender o porquê da sua existência, e a relevância que tais rituais têm para os grupos em questão. Deixaram também de os observar como algo estranho, uma vez que se integraram nas comunidades para realizar as suas etnografias.

A etnografia consiste, então, na aplicação do Método de Estudo de Caso ou Pesquisa Qualitativa à análise de cada grupo social/instituição em estudo, utilizando a maior variedade de ferramentas, ou seja, fontes e técnicas de recolha de dados: entrevista – semi-estruturada ou não estruturada, na forma de histórias de vida ou *focus group* (consoante o contexto em análise), a recolha de documentos no sentido amplo do termo e a observação-participante a partir da elaboração de diários de campo individuais. Pretende-se, com o Trabalho de Campo em Animação Socioeducativa, não apenas que os estudantes adquiram conhecimentos em investigação social, mas também que experienciem na primeira pessoa a necessidade de proximidade com o objeto de estudo, enquanto condição para eliminar pré-conceitos e juízos de valor baseados na distância cultural entre o animador e o grupo estudado – diferenças geracionais, étnicas ou educativas. No trabalho de campo junto de instituições os estudantes têm o estatuto de voluntários. A relevância deste estatuto prende-se com i) a necessidade de evitar a reação do grupo estudado ao investigador como «elemento estranho» à comunidade e promover a integração do animador nesta; ii) a abordagem do problema da neutralidade na relação investigador e objeto de estudo, especificamente, obstáculos epistemológicos como a *ilusão de transparência dos fenómenos sociais* ou as explicações naturalistas e individualistas dos mesmo; iii) a necessidade de ultrapassar um ponto de vista etnocêntrico; iv) o conhecimento aprofundado dos contextos socioculturais para o sucesso das intervenções em Animação Socioeducativa; v) uma contribuição dos estudantes para com as instituições que lhes abrem as portas.

Por fim, a importância dos instrumentos de trabalho de campo e do contacto com grupos sociais/subculturas distintas para os/as futuras/os animadores/as prende-se com a necessidade de tradução do significado e coerência dos conjuntos socioculturais observados e posteriormente explicados aos colegas de turma. A compreensão de elementos culturais pela sua integração no contexto social em causa relaciona-se com o facto de se assumir, como preconiza o Método de Estudo de Caso, que o contexto social

não é meramente descritivo, mas explicativo dos fenómenos estudados. Tanto a investigação antropológica quanto a investigação em educação foram pioneiras na pesquisa qualitativa, e mais concretamente na pesquisa de terreno. No contexto da Animação Socioeducativa, a contextualização sociocultural sustenta o diagnóstico que antecede a intervenção Socioeducativa.

Na atualidade, o antropólogo, à semelhança do animador, dedica-se ao estudo de subgrupos na sociedade contemporânea visando a advocacia dos grupos desprivilegiados, das minorias, ou comunidades nativas, conciliando investigação teórica e intervenção prática. Neste contexto, a defesa das identidades culturais, a compreensão dos processos de inclusão social de grupos como migrantes ou refugiados são contributos da Antropologia muito relevantes para a Animação. O mesmo acontece com a desmistificação de que o contacto entre culturas resulte, inevitavelmente, em homogeneidade cultural, opondo a noção de aculturação à de troca, partilha, seleção, adoção e modificação dos elementos culturais entre grupos sociais. A defesa da possibilidade de diversas trajetórias culturais, resultantes de contextos históricos, espaciais e naturais distintos, por oposição à perspetiva de evolução unilinear encontra eco na visão de desenvolvimento comunitário que se afasta das intervenções *top-down*, exteriormente impostas, atendendo à sensibilização, consciencialização, mobilização dos grupos-alvo para os seus problemas, carências, ambições ou necessidades enquanto protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

4. Componentes teórica, prática e axiológica da formação em Animação Socioeducativa

A Animação Socioeducativa, na Escola Superior de Educação, tem-se vindo a assumir como uma modalidade da Animação Sociocultural que incide sobre processos educativos difusos, em contextos e âmbitos não-formais e informais. A Animação Sociocultural

apresenta-se como um conjunto de práticas sociais, ou como uma metodologia social, com vista à capacitação de pessoas, grupos ou comunidades para a participação nos processos que dizem respeito ao seu desenvolvimento (Trilla, 2004, p. 26-30; Gillet, 1995, p. 25-35; Ventosa, 2002 p. 19-26; Quintana, 1992 p. 29-48).

Por desenvolvimento entende-se o conjunto de processos de autonomização de grupos, comunidades ou sociedades, num percurso de transformação positiva face a uma realidade desejada na qual se harmonizem necessidades e potencialidades inerentes a fenómenos sociais, culturais, educativos, económicos, espirituais e ambientais (Amaro, 2003; 2017). Mais precisamente, a ideia de desenvolvimento encarada pela Animação Sociocultural é a que toma estes processos como resultado de ações humanas coletivas, participadas, solidárias, sustentáveis e ancoradas em conhecimento e aprendizagens partilhadas. De entre diversos entendimentos e conceitos de Desenvolvimento, sublinhamos a importância da compreensão de um Desenvolvimento Sustentável e de Desenvolvimento Humano, conforme conceptualizado por Mahbub ul Haq em *Reflections on Human Development* (1995).

O conceito de Animação Sociocultural comporta a existência de três dimensões de ação na consecução do seu propósito:

a) Uma dimensão Social, que incide sobre as dinâmicas sociais próprias de uma sociedade, afetando especialmente os grupos e comunidades mais vulneráveis, resultado de interações e relações de poder que influenciam políticas, geram problemas sociais e aspirações a uma melhoria da qualidade de vida, assim como outros fenómenos determinantes para o desenvolvimento (Quintas, 1995, p.7-15; Ventosa, 2002, p. 26-31).

b) Uma dimensão Cultural que recai sobre fenómenos culturais e identitários da comunidade, tanto numa perspetiva de potenciar o acesso dos grupos mais vulneráveis à diversidade de manifestações culturais convencionalmente consideradas como Cultura

(democratização da cultura), como de promover hábitos e produções comunitárias como Cultura em si (democracia cultural) (Trilla, 2004, p. 19-29; Ventosa, 2002, p. 35-41).

c) Uma dimensão Educativa, herdada da Educação Popular (final do séc. XIX, início do séc. XX) e da Educação Permanente, que abraça valores humanistas da educação e processos de aprendizagem não abrangidos pela ação direta da Escola (enquanto sistema educativo dominante). Estes processos, realizados num campo designado de intervenção Socioeducativa, são essenciais para a consciencialização e participação das pessoas (organizadas em coletivos) perante os problemas e fenómenos que as afetam.

Estas três dimensões coexistem inevitavelmente interligadas na complexidade própria das realidades sociais. Contudo, a identificação de cada uma (individualmente), como parte integrante do conceito de Animação Sociocultural, permite compreender a abrangência da Animação enquanto ação de intervenção. Permite ainda desenvolver estratégias e metodologias específicas para intervenção em cada uma destas dimensões. Para alguns autores as dimensões Social, Cultural e Educativa apresentam-se como âmbitos de intervenção (Lopes, 2006, p. 341) consoante incidem diretamente sobre fenómenos sociais, culturais ou educativos. Outros (Ventosa, 2002, p. 29-31) transpõem estas dimensões para modalidades de prática da Animação Sociocultural, identificando assim uma modalidade social, uma modalidade cultural e uma modalidade educativa.

Parece não haver um entendimento claro sobre o significado de cada uma das acessões e suas implicações na literatura, usando-se ambos os termos para definir, tanto uma tipologia de Animação Sociocultural como um campo de práticas dependente dos seus contextos (Lopes, 2006, p. 315-391; Campos, 2011, p. 84). Independentemente da terminologia, a Animação Socioeducativa é entendida pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra como uma prática autónoma e interdependente da Animação Sociocultural, com uma vincada intencionalidade educativa. Realiza-se pelo

desenvolvimento e promoção de processos educativos e de aprendizagem não-formal e informal, herdando valores e metodologias da Educação Popular, da Educação Permanente e da importância do Lazer como instrumento educativo. Trata-se, por isso, de uma metodologia social com vista à capacitação de coletivos humanos para a participação nos processos que dizem respeito ao seu desenvolvimento, com ênfase nos processos educativos e de aprendizagem ao longo da vida, tomando o lazer como fator motivador de aprendizagem. Esta compreensão da Animação Socioeducativa ancorada na Animação Sociocultural suplanta outras acessões que a consideram, essencialmente, uma metodologia de trabalho lúdico-pedagógico com crianças e jovens (Lopes, 2006, p. 385-387).

A formação de profissionais de Animação Socioeducativa realiza-se em sintonia com a compreensão de Animação Socioeducativa, numa perspetiva isomórfica, construída ao longo de vinte e cinco anos na Escola Superior de Educação de Coimbra, e que assenta nos seguintes pressupostos:

- a) A educação é um processo de interação humana que se realiza ao longo da vida, com base numa noção antropológica da Educação.
- b) Qualquer espaço físico e relacional tem um potencial educativo, designado por Pierre Furter como Educogenia (Viché, 2021; Salgado, 2021). Também para Quintas (2005) a comunidade enquanto contexto de intervenção socioeducativa compreende uma base territorial, pois é sobre essa que se constrói a comunidade no sentido relacional de onde resultam as possibilidades de identidade, partilha, participação ou consenso.
- c) A educação contempla processos de aprendizagem para além dos que são promovidos no quadro formal dos sistemas educativos oficiais, e que geralmente se designam de Educação Informal e Educação Não Formal.

d) O lazer como contexto e meio de aprendizagem, na acessão de Joffre Dumazedier: Descanso, Divertimento e Desenvolvimento (Dumazedier, 1979 *in* Salgado, 2001). Se no senso comum a Animação é associada ao lazer num sentido superficial de entretenimento de crianças e idosos, o lazer no sentido que Dumazedier lhe conferiu não está ausente da vocação da Animação Socioeducativa se ela atender ao desenvolvimento enquanto desenvolvimento físico, mental e social. Não se trata, pois, de encarar a Animação como estratégia de ocupação de tempos livres ou alívio temporário de problemas sociais a partir das dimensões de Descanso e Divertimento, mas de considerar o direito de todos os grupos, especialmente os mais vulneráveis e marginalizados, a participar do desenvolvimento material, económico, social e cultural da sociedade em que estão inseridos através do lazer. Significa, pois, entender não apenas as vantagens do lazer como instrumento de educação – Educação Pelo Lazer – como o próprio lazer como direito do cidadão à sua auto-realização e participação na vida social e cultural - Educação Para o Lazer (Melo & Junior, 2012).

e) A Educação como processo permanente é imprescindível para o desenvolvimento de cada pessoa, no sentido de uma autonomização e capacitação cidadã, e de uma qualificação profissional, potenciando uma mobilidade social ascendente. A Educação permanente, não-formal e informal empodera as pessoas mais vulneráveis no combate aos poderes opressores geradores de vulnerabilidades sociais.

f) A Educação como processo social é imprescindível para o desenvolvimento socioeconómico de um coletivo, seja grupo, comunidade ou sociedade, numa lógica de interdependência entre estas estruturas sociais.

A formação em Animação Socioeducativa, no quadro do ensino superior, comporta a aquisição de conhecimentos aliada à aquisição e desenvolvimento de competências técnicas, e a uma reflexão crítica dos fenómenos sociais perante os quais esses conhecimentos e técnicas devem ser aplicados. Mas, devido à natureza e aos objetivos da sua ação, a formação em Animação Socioeducativa comporta também a aquisição de valores e de competências sociais imprescindíveis para que os/as seus aprendizes se formem tanto na excelência profissional como na construção de seres humanos física e intelectualmente saudáveis; e atitudinalmente exemplares (Fonte, 2012, p. 60-61; Serrano, 2007, p. 15-28).

Estas preocupações pedagógicas são também o foco da própria ação da Animação Socioeducativa, e levam a elaborar planos de estudos numa perspetiva isomórfica; “isto é, formar como propomos que os estudantes, futuros profissionais, formem os outros.” (Salgado, 2008, p. 310). Por isso, como refere Lucília Salgado, co-fundadora do curso de Animação Socioeducativa da Escola Superior de Educação de Coimbra, “a preparação das ações propostas tem claramente objetivos educativos que na linha da educação permanente se especifica na aquisição ou desenvolvimento de saberes (conhecimentos), saberes- fazer (capacidades) e saberes- ser (comportamentos) ou saberes- estar (atitudes)” (Salgado, 2011, p. 169).

Além disso, a formação em Animação Socioeducativa ocorre, tal como se espera da intervenção profissional, numa interseção entre teoria, prática e valores. É com esta visão que nos suportamos em Jean-Claude Gillet, *animateur* militante do Maio de 1968, em França, e intelectual incontornável na construção de uma teoria da Animação Sociocultural. A partir do seu contacto e análise das realidades profissionais, há muito que nos apresentou um modelo teórico das práticas de Animação Sociocultural, pelo qual nos orientamos igualmente na formação de animadores. Na sua comunicação proferida no Colóquio de São Paulo (Brasil) (Gillet, 2006), J.-C. Gillet refere-se em particular à

Animação Socioeducativa, que na sua perspetiva visa produzir um sistema de interação entre três polos (Gillet, 2006, p. 37-40), que de seguida se apresentam:

Um polo teórico, que contempla um conjunto de pressupostos teóricos e de contributos epistemológicos trazidos por diversas ciências sociais e humanas, entre as quais a Antropologia. Tais contributos tornam-se essenciais à prática da Animação Socioeducativa, enquadrando-se neles questionamentos de fenómenos sociais e culturais, e a compreensão da diversidade sociocultural presente nos diversos contextos de intervenção.

Um polo praxiológico, que representa uma tensão permanente entre teoria e prática, e vice-versa. Tem em conta, por um lado, o aperfeiçoamento dos modelos de intervenção (Gillet, 2006, p. 37-38), com vista a uma transformação positiva. E por outro lado, a necessidade de encarar a Educação como prática, pois ela não existe, nem se conceptualiza, sem a sua própria ação (Gillet, 2006, p. 38).

Um polo axiológico, que significa que a Animação Socioeducativa deve produzir, e ter em conta, um conjunto de valores de referência, apoiado num quadro de valores democráticos e dos Direitos Humanos, reforçando assim uma intencional ação e reflexão acerca do papel do ser humano na sociedade. Aqui, Gillet recorda-nos que “os métodos pedagógicos utilizados não estão isolados do projeto de sociedade política que pressupõem” (Gillet, 2006, p. 37). Considerando sempre o pensamento de Jean-Claude Gillet como fundamental na construção teórica da Animação, tomamos as suas palavras na construção de uma proposta formativa, aqui apresentada no decurso de uma entrevista a Gillet, realizada por Mario Viché para a revista *Quaderns d'Animació i Educació Social*, em 2007:

Um sistema de formação dos profissionais de Animação deve permitir-lhes associar o conjunto das suas representações intelectuais da realidade e as das

representações mentais. As primeiras visam organizar de forma coerente, rigorosa e explícita, um sistema de noções abstratas, conduzindo a uma teoria científica, autêntica, e a uma imagem lógica da realidade; as segundas, conscientes ou não, implícitas ou explícitas, associam-se espontaneamente à realidade, provenientes da intuição ou da percepção pessoal, fugindo a um código lógico. As primeiras devem poder exercer o seu controle sobre as segundas, a fim de se evitar, na ação, um cenário único do desenvolvimento possível da realidade. Contudo, as segundas, depositárias da nossa experiência concreta de ação sobre a realidade, e dos sentimentos experimentados na ação, devem levar a refletir, por confronto, sobre a adequação sempre relativa e parcial das representações intelectuais que extraímos da realidade. É necessário estarmos atentos às evoluções do real e integrar nas representações intelectuais as informações novas e as inevitáveis adaptações que a experiência nos leva a pressentir. Percepções, representações, pensamentos e inteligência apresentam-se em posição circular, permitindo desta forma ao animador decidir e agir. (...)

É necessário introduzir também a dimensão axiológica da sua ação, a fim de melhor compreender como (e mais porquê, a partir de quê) a sua inteligência entra em ação.

(Viché, 2007: Entrevista a Jean-Claude Gillet)

Na perspetiva de formar profissionais de Animação Socioeducativa norteados pelos pressupostos teóricos desta prática social, e em coerência com as preocupações metodológicos e axiológicas anteriormente apresentadas, os desafios formativos da licenciatura em Animação Socioeducativa da Escola Superior de Educação de Coimbra contemplam necessariamente um contacto cuidado com contextos reais de intervenção.

Por isso, o corpo docente tem desenvolvido uma lecionação interdisciplinar, articulando unidades curriculares em torno de um desafio comum.

Neste caso, a unidade curricular de Antropologia Social e Cultural tem-se articulado com a unidade curricular de Atelier de Análise Social da Educação. O objetivo é usar um contexto de intervenção comum para elaboração de um trabalho em ambas disciplinas. Assim, os estudantes podem analisar fenómenos socioculturais e educativos existentes nos grupos e/ou comunidades em estudo, tanto sob o prisma da Antropologia Social e Cultural, como da Análise Social da Educação. Para tal, os estudantes são desafiados a realizar um trabalho de campo, possibilitando assim um contacto direto com as pessoas que formam os grupos ou as comunidades em estudo.

Uma das estratégias sugeridas, e geralmente adotadas pelos estudantes, é a realização de ações de caráter voluntário. Quando os grupos em estudo estão enquadrados em instituições sociais ou culturais (ex. grupo de adultos toxicodependentes; rancho folclórico, grupo desportivo, comunidade religiosa, associação de apoio a sem-abrigo), o contacto frequente dos estudantes com os elementos constituintes desses grupos pode ser feito através de voluntariado. O trabalho voluntário é profícuo para o funcionamento das instituições, assim como para o currículo dos estudantes, e ainda para a validação de competências extracurriculares (consideradas na avaliação de algumas unidades curriculares do curso). É também favorável à integração temporária dos estudantes nas instituições que, observados pelos seus membros como voluntários e não como elementos estranhos, os coloca numa posição facilitadora de observação da realidade social tal como ela existe, contornando o problema da reação do objeto de estudo à presença do investigador.

Elencamos abaixo alguns dos contextos em que os estudantes realizaram trabalho de campo em Antropologia Social e Cultural e mais recentemente em Análise Social da Educação:

- Associação Cavalo Azul
- ACAPO (Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal) – Coimbra
- Associação Integrar – Casa de apoio a sem-Abrigo
- Acreditar - Crianças com cancro
- Agrupamento de Escuteiros 876 de São Paulo de Frades
- APCC - Coimbra
- AMI – Coimbra
- Alcoólico Anónimos - Coimbra
- Bombeiros Sapadores de Coimbra
- Comunidade religiosa Testemunhas de Jeová
- Classes de praticantes de Capoeira, Karaté, Futebol
- Centro Cultural e Recreativo Norton de Matos
- Centro Comunitário de Inserção - Cáritas Diocesana de Coimbra
- Comunidades Hobbies – Aldeias da Lousã
- Comunidade Juvenil São Francisco de Assis
- Comunidade da Casa Abrigo Padre Américo
- Casa de São José – ERPI da Cáritas Diocesana de Coimbra
- Cozinha Económica - ACERSI (Associação de Cozinhas Económicas Rainha Santa Isabel)
- Comunidades Ciganas - feirantes
- Comunidade Jesuíta de Cernache
- Comerciantes do Mercado Municipal D. Pedro V
- CLAIM (Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes) de Aveiro
- Centro Social de Torres do Mondego

- Equipa de Rua da Associação Integrar
- Ergue-te – instituição de apoio a vítimas de prostituição feminina
- Família Síria em Coimbra apoiada pela Igreja de Santo António dos Olivais
- Igreja Evangélica
- Jardim de Infância do Centro Social Cultural 25 de Abril - Coimbra
- Kapa & Batuna – Tuna da ESEC
- Liga Portuguesa Contra o Cancro
- Lar de São Pedro – ERPI
- Projeto Reduz – Cáritas Diocesana de Coimbra
- Ranchos Folclórico “Os Esticadinhos” e Rancho Folclórico do Centro Beira Mondego de Santo Varão
- Vida Militar – Quartel-General de Coimbra - BLI
- Voluntários do Hospital Pediátrico de Coimbra

O contacto direto dos estudantes com os grupos em estudo, nesta abordagem de observação-participante, permite-lhes contactar com a complexidade própria destes coletivos, compreendendo-os como um todo, ao mesmo tempo que se relacionam com cada um dos seus membros. O desafio proposto aos estudantes, nas unidades curriculares de Antropologia Social e Cultural e de Atelier de Análise Social da Educação, é o de realizar o estudo de um coletivo, enquanto estrutura sociocultural, enquanto convivem com as dinâmicas sociais, culturais e educativas específicas do mesmo. Nesse contexto, os estudantes são orientados para uma análise e compreensão, o mais exaustiva possível, dos elementos que caracterizam cada grupo como uma totalidade coerente, como sugere a Antropologia Social e Cultural. No que toca à Análise Social da Educação, pede-se que identifiquem dinâmicas de aprendizagem em contextos de Educação Formal, Não Formal e Informal. Este processo é desenvolvido ao longo de um semestre, a par de outros desafios e aprendizagens realizadas em cada uma das unidades curriculares. O contacto e sequente análise de um contexto real, proporcionado

pela articulação interdisciplinar aqui exposta, torna-se um fator explicativo dos fenómenos sociais (enquanto características de organização e funcionamento dos grupos/instituições), culturais (nas particularidades de vária índole que lhe conferem identidade própria e os distinguem de demais grupo) e educativos (no sentido da transmissão de valores, normas, papéis e oportunidades de desenvolvimento individual e dos grupos) que interessam para a formação em Animação Socioeducativa.

A compreensão de que os contextos de intervenção são sempre realidades sociais complexas e dinâmicas, e campos de conflitos socioeducativos, é essencial para a progressão da aprendizagem da Animação, no que respeita à lógica de projeto de intervenção social, e em particular no que se relaciona com os processos de Diagnóstico. Por isso, os desafios propostos no estudo de um grupo possibilitam uma aprendizagem prática, suportada em contributos teóricos, numa reflexão consciente, e num conjunto de valores elementares à prática da Animação Socioeducativa.

No que respeita ao desafio lançado no âmbito de uma análise social da Educação, pretende-se que os estudantes sejam capazes de identificar, compreender e refletir sobre as dinâmicas de aprendizagem características de cada coletivo, tendo em conta a diversidade de atores sociais, seus contributos e papéis sociais, os contextos de origem de cada elemento, as influências, etc. Importa compreender como se processam as aprendizagens e se compreende a Educogenia em relação com os contextos espaciais, temporais e relacionais. Quais as representações sociais da Educação enquanto processo de aprendizagem, a partir dos percursos educativos de cada elemento. No guião de trabalho é solicitada a identificação e recolha de informação relativa a:

- a) Percursos educativos (formais, não formais, informais) dos elementos do grupo, explorados por tipologia, e suas repercussões na vida pessoal e na mobilidade social de cada elemento.
- b) Contributos dos percursos educativos de cada elemento (conforme ponto anterior) para o grupo, ao longo da sua existência e na atualidade. Que ganhos trouxe a educação de cada elemento ao grupo?
- c) Aprendizagens possibilitadas pelo grupo aos seus membros, entre pares (ex: o que cada elemento do grupo aprende/aprendeu com outro/s elementos do grupo) e entre atores diferenciados (ex: um formador que vem dar um atelier);
- d) Contextos físicos e temporais (formal, não-formal, informal) das aprendizagens acima referidas.
- e) Problemas Sociais a que o grupo é sensível (perante os quais o grupo age ou é diretamente afetado) e de que forma o grupo se organiza, aprende e produz conhecimento para lidar com esses problemas sociais.
- f) Mudanças de índole sociocultural e educativa em resultado de processos de aprendizagem do grupo (Ex. democratização do grupo e participação na tomada de decisão, erradicação de comportamentos promotores estereótipos e/ou de exclusão social, promoção de igualdade de género e étnica, preservação do ambiente e preocupações climáticas, estímulo à criação artística, recreação e lazer).
- g) Aprendizagens em contextos específicos de lazer e do quotidiano dos membros do grupo, e seus resultados, e dar a compreender como o lazer é vivido pelo grupo como contexto educativo (consciente, não consciente, intencional, não intencional).
- h) Aprendizagens resultantes da interação entre o grupo/subcultura e a equipa de trabalho de Animação Socioeducativa.

O trabalho de campo, para consecução destes desafios, obriga a um contacto frequente com os grupos, e a sistematização da informação recolhida, através de um processo de observação-participante. Para isso, os aprendizes de Animação utilizam instrumentos de

pesquisa etnográfica como diário de campo, guiões de entrevista semiestruturada com ênfase em histórias de vida, e grelhas de análise documental. Como técnicas utilizadas os estudantes procuram recolher informações através de sessões de “focus-group” e do contacto direto com os membros dos grupos, imergindo em desafios que estes lhes colocam, tais como a participação em atividades, tanto em contextos laborais como de lazer, em momentos formais e informais.

5. Aprendizagem no contexto da intervenção

No que respeita à compreensão dos processos educativos e à multiplicidade dos mesmos, os estudantes mostram passar a compreender a importância das aprendizagens formais, informais e não formais, e dos seus diversos contextos e circunstâncias, para a Educação como desenvolvimento pessoal, assim como a importância das mesmas no desenvolvimento e capacitação dos grupos. Na leitura dos trabalhos encontram-se exemplos destas compreensões:

(...) nenhum deles teve uma vida escolar com sucesso, e os motivos que os levaram a desistir da escola, ou até mesmo não frequentar a escola, são os mesmo que ainda hoje prevalecem, como por exemplo: a falta de projetos dedicados ao contacto com a comunidade de etnia cigana. É aqui que vai surgir a ligação ao sentimento de distinção/ discriminação que estes elementos do grupo sentiam, que por consequência tirou-lhes a vontade de continuar a educação formal. (...) Houve um elemento do grupo que se destacou nesta conversa ao dizer que hoje arrepende-se de não ter dado seguimento à sua educação, mesmo que isso significasse ser alvo de discriminação e desigualdade. E que se tivesse continuado na escola, hoje em dia poderia ter outra estabilidade financeira, e poderia ter ascendido socialmente.

Os mais velhos transmitem o conhecimento e a sabedoria e, por isso, são respeitados pela sua experiência de vida. Em muitas das disputas entre membros da cultura cigana, é habitual recorrerem a uma pessoa mais velha para resolver o conflito.

Trabalho realizado em contacto numa comunidade cigana, por: A. Matos, J. Pires, L. Joaquim, R. Morais (2022)

No grupo em análise, composto por estudantes universitários, seguranças, reformados, a aprendizagem intergeracional tem uma influência crucial para o desenvolvimento dos membros do Rancho.

Trabalho realizado em contacto com um rancho folclórico, por: A. Pereira, A. Figueira, B. Salomé, D. Matias, J. Silva, M. Alves (2023)

No decurso do processo os estudantes deparam-se com inúmeras situações que nas suas palavras lhes abrem horizontes e lhes permite descobrir realidades para além do preconceito associado às condições ou naturezas de cada grupo, e de cada uma das pessoas que os compõem. Esta vivência, acompanhada de um processo cognitivo potenciador de reflexão, é fundamental numa aprendizagem em contexto, e o intuito maior deste processo. Espelham-se frequentemente estas aprendizagens na redação dos trabalhos de grupos realizados pelos estudantes, como podemos demonstrar nos seguintes exemplos seleccionados:

Através da realização deste trabalho e das visitas à instituição escolhida, os nossos pontos de vista mudaram em relação à situação em que estas pessoas vivem. Começámos a respeitar mais a sua dignidade e conseguimos nos educar em relação à condição de sem abrigo em si. (...) Quando nos deparámos com casos de

utentes que tinham cargos elevados na sociedade e até mesmo cursos superiores, foi um ponto de viragem quanto às nossas crenças.

Trabalho realizado em contacto com grupo de pessoas sem abrigo, por: A. Henriques, A. Simões, B. Pinto, B. Costa, na Casa Abrigo Padre Américo (2023)

Tivemos a oportunidade de conhecer mais de perto as histórias destas mulheres vítimas de violência doméstica, e seus percursos de vida, assim como o funcionamento da valência onde se encontram e os seus objetivos futuros.

Estar perto desta realidade, trouxe-nos um conhecimento mais profundo acerca do problema social em causa (a violência doméstica), sobre a estrutura familiar em que viviam as vítimas, os seus medos e receios, e os seus objetivos para o futuro.

Entendemos também qual o papel das residências de acolhimento e o que fazem para apoiar as mulheres e os seus filhos. O trabalho que desenvolvem com as mulheres para que assim consigam sair pessoas mais seguras de si mesmas, com uma autoestima melhorada, integradas na sociedade, cientes dos seus direitos e das suas conquistas, para ganharem de novo a sua autonomia.

Trabalho realizado em contacto com grupo de mulheres vítimas de violência doméstica, por: A. Alves, J. Salvador, T. Bessa (2021/22)

O Rancho também tem uma componente educativa, visto que é através das danças, dos seus costumes, dos seus rituais, que entendemos a cultura, a história e a vivência de Cantanhede. Neste seguimento, entendemos que a cultura vai passando de geração em geração, pois, conforme foi referido anteriormente, o grupo é composto por vários participantes, de diversas idades.

Os batismos consistem num ritual em que é um processo de integração dos membros novos e como forma dos membros novatos se sentirem parte do grupo. [...] Após este ato, o novo membro passa a integrar oficialmente o grupo como membro integrante e efetivo.

Através da interação com o grupo, podemos concluir que existe uma variedade de aprendizagens adquiridas, como por exemplo a cultura e as tradições que estes têm, como é o caso do traje. É possível identificar rituais tais como os batismos de novos elementos integrados no Rancho, a partir da sua primeira atuação. Identificámos também que a estrutura comunicacional do grupo é fortalecida devido à interação entre todos os membros do mesmo, tanto em ensaios como em atuações, de modo a que a sua prestação seja positiva. A interação entre os membros do grupo ocorre entre todas as gerações, isto é, os membros mais novos possuem ligações com membros com mais idade, o que se denota uma grande união no grupo e promove um desenvolvimento pessoal e social.

Trabalho realizado em contacto com rancho folclórico por: A. Pereira, A. Figueira, B. Salomé, D. Matias, J. Silva, M. Alves (2023)

Esta tuna tem diversos rituais e tradições, desde festivais, encontros, jantares, retiros, tudo o que é organizado por eles. Destes, foi destacado tanto pelo grupo presente na reunião como por nós, o retiro. [...] Para as outras pessoas, o grande evento deste grupo é o Entre-Tunas, ou seja, o festival que já conta com 12 edições, que consiste na realização de um encontro entre tunas. De um modo geral, este é o evento mais conhecido e tem direito a atuação, passa-calles e um estrondoso convívio.

Trabalho realizado em contacto com tuna académica, por A. Grou, M. Silva, B. Almeida, A. Gravata (2022)

Ao nível das rotinas na residência, de manhã após o pequeno-almoço as mulheres levam os seus filhos à creche ou à escola e regressam (as que não têm um emprego) à residência para fazer as tarefas domésticas (roupas, limpeza, organização dos espaços). Pelas 17:00 horas vão buscar os seus filhos à escola/creche e regressam à residência, depois segue-se o momento dos banhos das crianças e o jantar delas. Após as crianças estarem com a sua higiene e alimentação e já no seu momento de dormir as mulheres vão jantar, ter um momento para conviver entre si e cuidar delas.

Trabalho realizado em contacto com um grupo de mulheres vítimas de violência doméstica, por: A. Alves, J. Salvador, T. Bessa (2022)

A música, a dança e o canto fazem parte das raízes e da cultura cigana. Além do período das festividades, está presente no dia a dia da comunidade. O amor, a paz, a alegria e o sofrimento são os temas mais cantados pelos ciganos. O Natal é a festa em família, os ciganos reúnem a família toda, em casa das pessoas mais velhas. O luto é um fator que identifica muito o povo cigano a maneira como se vestem. As mulheres quando são viúvas cortam o cabelo, usam lenços, usam saias compridas para que não denotem as formas do corpo e os homens deixam de crescer a barba e o cabelo em sinal de tristeza. No Dia de todos os Santos, os ciganos têm por hábito passar o dia todo no cemitério. É uma assimilação cultural porque, as pessoas não ciganas à cerca de 70 anos atrás faziam mesma coisa e ainda hoje fazem.

Trabalho realizado em contacto com comunidade cigana, por: A. Matos, J. Pires, L. Joaquim, R. Morais (2022)

Conclusão

O Antropólogo e o Animador Socioeducativo, na atualidade, têm como objetivo o estudo de subgrupos e suas (sub)culturas na sociedade contemporânea, com ênfase nos grupos minoritários, menos privilegiados, comunidades nativas ou que sofreram processos de deslocação para outras sociedades e que se veem perante as culturas dominantes destas. Esta é uma posição axiológica, portanto, em que se colocam em causa, na Antropologia como na Animação, a observação da realidade do «outro» a partir do ponto de vista do investigador, com as representações próprias da sua própria cultura. É também uma posição prática em que se coloca a questão da impossibilidade de uma intervenção socioeducativa em que não sejam tidas em consideração as especificidades de cada grupo-alvo e sua subcultura, respetivamente. Tais especificidades implicam não só dar conta da diversidade com que, no espaço e tempo, os grupos humanos tendem a diferir num conjunto de traços identitários que se podem englobar no termo «cultura», mas também percebê-los como património desses grupos, fator de identidade que importa reconhecer, preservar e divulgar. Mas há também, interligada àquelas, uma posição teórico-metodológica relacionada com as vantagens que a pesquisa de terreno e o contacto próximo e prolongado com os grupos sociais permite, no que respeita à qualidade da informação recolhida, variedade das suas fontes e compreensão dos contextos em que os *fenómenos sociais totais* ocorrem. Desta vantagem resulta outra, pedagógica, no sentido de que aquela observação mais próxima, prolongada e detalhada relativamente a outras estratégias de investigação, favorece a fundamentação da intervenção em Animação, designadamente na caracterização do contexto sociocultural da intervenção que antecede o diagnóstico.

- Encontramos também paralelos entre a postura do antropólogo e do animador, no respeito e defesa da identidade cultural de cada grupo/comunidade, na compreensão dos processos identitários, da complexidade da inclusão social das

minorias (como migrantes ou refugiados) numa sociedade mais vasta, na questão do contacto entre culturas que procura abandonar os preconceitos xenófobos e na percepção de que a manutenção das referências culturais não é um obstáculo mas antes pode ser um fator de sucesso de inclusão.

- A aplicação, por parte dos estudantes de Animação Socioeducativa, dos contributos que a Antropologia traz vai, pois, muito para além dos instrumentos de pesquisa etnográfica. Ela inclui uma compreensão desmistificadora e sensibilização para o facto de que diferentes grupos passaram por diversas trajetórias culturais resultantes de contextos históricos, espaciais e naturais distintos, donde resulta, também na Animação, a rejeição da noção de uma evolução unilinear em projetos de intervenção que visem o desenvolvimento de grupos muito distintos, e em dimensões também diversas desse desenvolvimento - desde as questões mais elementares como satisfação de necessidades básicas (como segurança, habitação, alimentação, passando pelo acesso à educação, ao mercado trabalho) até à plena participação na vida cívica, lúdica, cultural e autorrealização de todas as capacidades - dos sujeitos envolvidos. O propósito desse desenvolvimento comunitário, enquanto resultado da intervenção socioeducativa, em nada se assemelha a intervenções generalistas, exteriormente concebidas e impostas, mas antes ressalta a importância de um trabalho em que a lógica de pesquisa se inverte - da recolha de informação no terreno à tentativa de construção teórica de interpretação dos elementos observados. Neste sentido procura-se desvalorizar pré-noções sobre o grupo/comunidade alvo ou a (re)utilização de teorias aplicáveis a outros contextos socioculturais, necessariamente distintos. Favorece-se, em alternativa, um conhecimento ancorado na observação dos contextos de vida real, pelo animador, como preconiza o Estudo de Caso, numa fase prévia à intervenção, em que as metodologias participativas, desde o diagnóstico de problemas, carências ou necessidades, passando pela sensibilização e tomada de consciência

dos problemas e mobilização dos elementos da comunidade que os reconhecem como protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

Referências

- **Amaro, R. R.** (2003) Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Caderno de Estudos Africanos: Desenvolvimento e Saúde em África*, Nº 4 Janeiro/Julho 2003, 35-70.
- **Amaro, R. R.** (2017) Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Desenvolvimento e... Noflay!. *Cadernos de Estudos Africanos: Desenvolvimento e a Coerência das Políticas*, Nº34 dezembro 2017, 75-111.
- URL: <http://journals.openedition.org/cea/2335> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/cea.2335>
- **Bernardi, B.** (1982) *Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos*. Edições 70
- **Bogdan, R. e Biklen, S.** (1994) *Investigação Qualitativa e Investigação em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora
- **Boudon, R.** (1989) *Os Métodos em Sociologia*. Editora Ática
- **Campos, J.** (2011) Formação em Animação Sociocultural: Contributos de Projetos de Investigação e Intervenção em Animação Socioeducativa. *Nuances: estudos sobre Educação*. Ano XVII, v. 18, n. 19, p. 81-106, jan./abr. 2011
- **Carvalho, N.** (2016) Património natural e construção de identidades locais: o mosaico identitário português e o desenvolvimento local. *II Congresso Internacional - Educação, Ambiente e Desenvolvimento*. ESECS – Instituto Politécnico de Leiria, p. 10 – 17
- **Cazeneuve, J.** (1971) *Sociologia do Rito*. Rés Editora
- **Colleym, J.** (2015) *Elementos de Antropologia Social e Cultural*. Edições 70

- **Dias, R.** (2010) Ritos e Rituais - Vida, Morte e Marcas Corporais: a Importância desses Símbolos para a Sociedade. *VIDYA*, 29, (2) p. 71-86. ISSN 2176-4603 X
- **Dumazedier, J.** (1979) *Sociologia Empírica do Lazer*. Perspectiva
- **Durkheim, E.** (1998) *As Regras do Método Sociológico*. Editorial Presença
- **Fonte, R.** (2012) *A Formação de Animadores Socioculturais*. Ed. Autor
- **Gillet, J.-C.** (1995) *Animation et Animateurs - Le Sens de l'Action*. Col. Technologie de l'Action Sociale, L'Harmattan
- **Gillet, J.-C.** (2006) A Perspetiva Educativa da Animação Social. Em C.C. Arregui, M. B. Wanderley (Orgs.) *Colóquio de Animação Sociocultural*. IEE/PUC-São Paulo
- **Gillet, J.-C.** (2007) Comunidade e Animação: que lugar para a acção? Comunicação no 4º Colóquio "Caminhos da Animação". ESE Beja (Portugal), 28 e 29 de Março de 2007
- **Gonçalves, A.** (1997) *Questões de Antropologia Social e Cultural*. Edições Afrontamento
- **Gurvitch, G.** (1963) *La Vocation Actuelle de la Sociologia*, Tomo I. P. U. F.
- **Haq, M. u.** (1995) *Reflexions on Human Development*. Oxford University Press
- **Laplantine, F.** (2000) *Aprender Antropologia*. Brasiliense
- **Leach, E.** (1989) *A Diversidade da Antropologia*. Edições 70
- **Lévi-Strauss, C.** (1975) *Antropologia Estrutural*. Tempo Brasileiro
- **Lima, M. et al** (1991) *Introdução à Antropologia Cultural*. Editorial Presença
- **Lopes, M. S.** (2006) Animação Sociocultural em Portugal. Intervenção
- **Lopes, M.** (2019) A Animação Sociocultural, a Educação Social e os Desafios da Contemporaneidade. *Laplage em Revista* (Sorocaba), vol.5, n.2, mai.- ago. 2019, p.61-74
- **Malinowski, B.** (1976) *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. Abril Cultural

- **Malinowski, B.** (1944) *A Scientific Theory of Culture and Other Essays*. University of North Carolina Press
- **Mauss, M.** (1993) *Manual de Etnografia*. D. Quixote
- **Mauss, M.** (2008) *Ensaio Sobre a Dádiva*. Edições 70
- **Melo, V. A. e Júnior, E. A.** (2012) *Introdução ao Lazer*. Manole
- **Nunes, A. Sedas** (1982) *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*. Presença
- **O'Neil, J.** (2008) Os Rituais como Expressões Multiculturais *In* Lages, M. & Matos, A. (coord.) *Coleção Portugal Intercultural Volume III – Matrizes e Configurações*.
- **Quintana, J. M.** (Coord.) (1992) *Fundamentos de Animación Sociocultural*. Narcea SA. Ediciones
- **Quintas, S. F., Sánchez, M. G.** (1995) *Para Comprender La Animación Sociocultural*. EVD
- **Quintas, S.** (2001) La Animación Comunitaria como Acción Socioeducativa en los Espacios Abiertos Locales. *ADAXE - Revista de Estudios e Experiencias Educativas* 17: 119-138
- **Quintas, S.** (2005) *Las Tecnicas de Grupo en la Animación Comunitaria*. Amaru
- **Riviére, C.** (2000) *Introdução à Antropologia*. Edições 70
- **Rowland, R.** (2005) *Antropologia, História e Diferença*. Edições Afrontamento
- **Salgado, L.** (2008) A Acção formativa no campo da Animação Sociocultural na ESEC. In J. D. L. Pereira, M. F. Vieites, M. S. Lopes (coord.) *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI* (pp. 308-311). Intervenção
- **Salgado, L.** (2011) A Animação Socioeducativa como Âmbito da Animação Sociocultural: Um percurso local entendido a uma escala global. In Pereira, J. D. L., Lopes, M. S. José Dantas Lima Pereira, Marcelino de Sousa Lopes (Coord.) *As Fronteiras da Animação Sociocultural*. Intervenção

- **Salgado, L.** (2021) Educogenia: los espácos de la educación para la ciudadanía en la sociedad digital. In *Revista de Pedagogia Social UFF - A Educogenia de Pierre Furter: a comunidade também educa*. Dezembro 2021, Vol 13, p.79-91
- **Santos, A.** (2002) *Antropologia Geral. Etnografia, Etnologia, Antropologia Social*. Universidade Aberta
- **Serrano, G. P., Guzman, M. V. P.** (2007) *El Animador - Buenas Practicas de Acción Sociocultural*. Narcea S.A. Ediciones
- **Trilla Bernet, J.** (2004) Conceito, Exame e Universo da Animação Sociocultural. In J. Trilla (Coord.) *Animação Sociocultural: Teorias, Programas e Âmbitos* (pp. 19-44). Col. Horizontes Pedagógicos, Ed. Instituto Piaget
- **Tylor, E.** (1871) *Primitive Culture: Researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom*. John Murray
- **Ventosa, V. J.** (2002) *Fuentes de la Animación Sociocultural en Europa*. Editorial CCS
- **Viché, M.** (2007) Entrevista a Jean-Claude Gillet. *Quaderns d'Animació i Educació Social*, N°5 janeiro 2007. quaderns5.pdf (quadernsanimacio.net)
- **Viché, M.** (2021) Pierre Furter: A educogenia – o potencial educativo do contexto. Em *Revista de Pedagogia Social UFF - A Educogenia de Pierre Furter: a comunidade também educa*. Dezembro 2021, Vol 13, p. 53-62
- **Viveiros, A.** (2008) O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios. <http://quadernsanimacio.net>, n° 8
- **Yin, R.** (2015) *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. Bookman

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO: Morais, Filipa; Cruz, Inês; Montez, Mário (2023); Contributos da antropología social e cultural para a formação em animação socioeducativa: fundamentos teóricos e intervenção no terreno; En: <http://quadernsanimacio.net> n° 38; Julio de 2023; ISSN: 1698-4404